



PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL



CONTROLE SOCIAL

É o exercício de democratização da gestão pública, que permite à sociedade organizada intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado para definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação dos municípios, estados ou do governo federal.



DIMENSÕES DO CONTROLE SOCIAL

- **Dimensão Política** (mobilização/ influenciar);
- **Dimensão Técnica** (fiscalizar a gestão);
- **Dimensão Ética** (necessidades sociais).



INSTRUMENTOS E FORMAS DE CONTROLE À DISPOSIÇÃO DO CIDADÃO/SOCIEDADE



1 - Ação Popular - Lei 4.717, de 29/6/65

Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade contra atos lesivos ao patrimônio público, seja por incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos ou desvio de finalidade.



2 - Ação Civil Pública - Lei nº. 7.347, de 24/7/85

Ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados, dentre outros, a interesses difusos ou coletivos e infrações à ordem econômica e à economia popular.

“Art. 6º Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.”



3 - Ministério Público - Constituição Federal, art. 127:

Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

4 - Plebiscito (art. 14-I da Constituição Federal/1998)

5 - Órgão de Defesa do Consumidor

6 - Conselhos (Políticas Públicas e Defesa de Direitos)

7 - Conferências

8 - Ouvidorias



CONTROLE SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



A Política Pública de Assistência Social

Realiza-se de forma integrada às políticas setoriais tendo por objetivo promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial e contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais em áreas urbana e rural, além de assegurar que as suas ações garantam a convivência familiar e comunitária.



CONCEITO E BASE DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

O **SUAS**, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais.



A Assistência Social e as Proteções afiançadas:

- **Proteção Social Básica** - tem por objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento.



- ***Proteção Social Especial*** – É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Ocorrem nas modalidades da proteção social especial de **média** e **alta complexidade**.



O CONTROLE SOCIAL NO SUAS



MARCO LEGAL

1) Constituição Federal de 1.988

Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no Art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.



2) Lei 8.742/93 - LOAS

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;



Art. 16 (LOAS) As instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil são:

- I – O Conselho Nacional de Assistência Social;
- II – Os Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- III – O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- IV – Os Conselhos Municipais de Assistência Social.



O CONTROLE SOCIAL NO SUAS:

O Controle Social, no âmbito dos conselhos de assistência social, é o exercício democrático de acompanhamento e a avaliação da implementação e execução do **SUAS**.



Governo

Sociedade civil

Vontade *política* do
Governo
Investimento/recursos

+

Capacidade
participativa da
população

criar condições à participação,
- investir em capacitação,
- produzir informações,
- tornar as estruturas de gestão
cada vez mais permeáveis às
reivindicações da sociedade

- mobilização,
- organização,
- representação,
- defesa de interesses públicos,
- qualificação



Os conselhos são essencialmente espaços de :

interlocução política, negociação e deliberação.

discussão de projetos e recursos,



mecanismos de partilha de poder,



democratização da vida social.





O PAPEL DOS CONSELHOS NO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL É:

Zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para a universalização de atendimento a todos os destinatários da Política de Assistência Social, bem como dos gastos com verbas públicas destinadas aos municípios (que vêm da União Federal, dos Estados, e ainda dos próprios orçamentos municipais).



Arquitetura do controle social

PLANOS

CONSELHOS

FUNDOS



Conferências



AS COMPETÊNCIAS DOS CAS PERPASSAM POR:

**Deliberar; Regular; Acompanhar
e Fiscalizar a execução da
Política Pública da Assistência
Social.**



Competências Legais dos Conselhos de Assistência Social:

- Deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência (em seu âmbito);
- Apreciar e aprovar os Planos de Assistência Social (no seu âmbito);



Competências Legais dos Conselhos de Assistência Social:

- Apreciar e aprovar a proposta orçamentária e Prestação de Contas da execução dos Recursos do Fundo da Assistência Social(no seu âmbito);
- Normatizar, avaliar e fiscalizar a prestação de serviços, observadas normas gerais do CNAS;



Competências Legais dos Conselhos de Assistência Social:

- Exercer o papel de vigilância social de Direitos;
- Convocar as conferências de Assistência Social;
- Promover a discussão intersetorial das políticas sociais;



OS CONSELHEIROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



OS CONSELHEIROS COMO AGENTES PÚBLICOS - LEI 8.429/92 -

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.



A função do Conselheiro é de relevante interesse público e valor social no âmbito da Política Pública de Assistência Social



DESAFIOS PARA O CONTROLE SOCIAL NO SUAS



- Investir na capacidade de articulação entre os níveis de governo, na direção de firmar a perspectiva do SUAS como Sistema Público democrático e participativo;
- Ampliar o debate sobre a questão do controle social, buscando identificar estratégias que possam criar novos mecanismos e instrumentos de intervenção nos espaços públicos;
- Analisar profundamente o modelo de funcionamento dos conselhos de assistência social, as suas competências, a capacidade de deliberação, o grau de autonomia;



- Buscar parceria com o Ministério Público para fazer valer as decisões dos Conselhos de Assistência Social;
- Observar as orientações do Tribunal de Contas quanto ao papel, responsabilidade e função social dos conselhos no processo de acompanhamento e avaliação da gestão dos recursos do fundo da assistência social, buscando certificar se os mesmos estão sendo aplicados conforme as finalidades previstas nos Planos de Assistência Social;
- Investir na articulação entre os Conselhos de Assistência Social (CNAS, CEAS, CASDF e CMAS), de modo que as deliberações no âmbito desses espaços possam conduzir ao fortalecimento do controle social no SUAS;



- Monitorar as deliberações das Conferências, especialmente o Plano Decenal, (metas e estratégias) em cada nível de gestão;
- Dotar os conselhos de infra-estrutura (material, humana e financeira), agregando a eles, dessa forma, condições de trabalho para que viabilizem suas ações de controle social;
- Investir na capacitação dos conselheiros e secretaria executiva, de forma que a dimensão técnica ganhe as condições necessárias para o avanço na construção de metodologias e processos que qualifiquem a fiscalização e avaliação das ações;



- Apoiar e incentivar novas iniciativas para a criação de espaços de controle social, de forma que contemplem com prioridade a participação dos usuários de serviços e benefícios da política;
- Promover ações em parceria com o Ministério Público de forma a efetivar o controle social sobre as decisões da política;
- Estimular a instalação de Frentes Parlamentares em defesa da política de assistência social;



- Estabelecer e fortalecer a articulação da sociedade civil e Estado, na perspectiva de criar iniciativas que valorizem processos democráticos, estabeleça pactos e favoreçam as alianças, dando uma nova direção à institucionalização do controle social;
- Atuar na direção do comando único em cada esfera de governo, da ruptura com o primeiro damismo, denunciar formas de clientelismo e de favorecimento partidário e/ou de grupos e outros processos que desqualificam a política e o direito dos usuários;



- Imprimir prioridade na luta pelo orçamento público em todas as esferas de governo;
- Rever e estabelecer regulamentações que fortaleçam os princípios e diretrizes do SUAS como sistema público, descentralizado e participativo.



AGENDA DO CONTROLE SOCIAL

- Reunião Ampliada do CNAS em abril de 2009;
- Mobilização junto ao Legislativo para aprovação do PL 3.077/2008, que altera a Lei 8.742/93 - LOAS;
- Acompanhamento do Pacto de Aprimoramento da gestão estadual e do DF do SUAS, que inclui as metas do Plano Decenal de Assistência Social.



VII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo geral:

Avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, na perspectiva da participação e do controle social.



- **Portaria Conjunta nº. 1/2008** – Convoca a VII Conferência Nacional de Assistência Social
- **Resolução 97/2008** – define o período para realização das Conferências:
- Conferências municipais – prazo inicial 1º maio até 9 de agosto de 2009;
- Conferências estaduais – prazo final até 16 de outubro de 2009;
- Conferência Nacional – 30 de novembro a 3 de dezembro de 2009.



MUITO GRATA PELA OPORTUNIDADE!

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Esplanada dos Ministérios, Bl. F, Anexo, Ala A, 1º andar

Cep.: 70.059-900 - Brasília, DF

Telefone: (0*61) 3433.2402 - Fax: (0*61) 3433.2444

www.mds.gov.br/cnas

presidencia.cnas@mds.gov.br

Valdete de Barros Martins-Presidente - Gestão 2008/2009

Edna Aparecida Alegro - Conselheira